

Regulamentação do consumo terapêutico e não terapêutico de *cannabis* em Portugal

Audiência na Comissão de Saúde da Assembleia da República
Grupo de Trabalho - Utilização da canábis para fins medicinais (PJL n.º
726/XIII/3.ª BE e PJL n.º 727/XIII/3.ª PAN)

Introdução

- Cerca de 2% da população portuguesa consumirá *cannabis* diária ou quase diariamente, segundo o último relatório do SICAD (por seu lado, 43% da população portuguesa consumirá álcool diária ou quase diariamente).
- Centenas de pessoas que vivem com VIH ou Hepatites usam *cannabis* e/ou derivados para alívio de sintomas.
- Milhares de pessoas que vivem com VIH ou Hepatites usam *cannabis* e/ou derivados por escolha pessoal.
- O GAT considera que não há substâncias inócuas, incluindo entre as psicoativas (incluindo o álcool, o tabaco, e outras substâncias vendidas legalmente). Consideramos, no entanto, que a proibição não é uma resposta adequada ao uso de qualquer substância.
- Apoiámos a proposta do Bloco de Esquerda e do Partido Animais e Natureza para a legalização do uso terapêutico da *cannabis*, uso que já está legalizado em dezenas de países do mundo ocidental.

Considerações iniciais

- Julgamos que a discussão centrada apenas no efeito terapêutico/curativo para patologias específicas com necessidade de ensaios clínicos randomizados e um processo de AIM com decisão no INFARMED é legítima, mas redutora.
- Esta investigação puramente médica continua em curso.
- Na nossa sociedade há um conjunto de substâncias de venda livre (ex.^o preparações à base de plantas para fitoterapia) que são promovidas e comercializadas sem quaisquer regulações ou evidência que sustente os efeitos das mesmas. Não há, inclusive, evidência que comprove a ausência de interações ou efeitos nocivos para os seus utilizadores. Não há também evidência de que o impacto destas sobre a saúde individual ou pública seja danoso.
- O GAT considera que o conhecimento que existe sobre o uso da *cannabis* para alívio de sintomas permite classifica-la como muito segura.

Propostas

- Criou-se, na nossa opinião, um impasse no Parlamento em que algumas forças partidárias e Deputados consideraram que esta proposta incluía uma forma de “liberalização encapotada”.
- Pensamos que para sair deste impasse deveriam os proponentes aceitar que fosse retirado o auto-cultivo e aceite para este uso a venda com prescrição.
- As nossas propostas (ou sugestões), são que:
 - Se resolva e aprove o uso mais restrito para fins terapêuticos, da planta e dos seus derivados, de forma célere, numa proposta que não inclua o auto-cultivo;
 - Em segundo lugar, que se abra nesta legislatura, ainda em 2018, a discussão pública sobre a regulamentação legal da *cannabis* (produção, distribuição, venda e utilização) para uso pessoal por adultos.

Enquadramento

- Na nossa experiência e na nossa leitura da situação, os exemplos de soluções deste tipo noutros países e estados são globalmente muito positivos.
- A proibição não fez desaparecer o uso, tendo tido em muitos locais o efeito contrário. O nosso próprio exemplo aquando da descriminalização do uso de drogas, ao contrário do previsto por alguns *experts*, não levou a uma explosão do consumo de drogas.
- Há também evidência de que o mercado legal e atividade criminal tem, nos últimos 15 anos, selecionado estirpes da planta com concentrações cada vez maiores e eventualmente perigosas da substância psicoativa, da comercialização de THC sintético com efeitos não avaliados, entre outros.
- A não regulamentação obriga mais de 100.000 pessoas que usam a substância por diversos motivos ao contacto com o mundo do crime e a contribuir para o aumento dos lucros do mercado negro, sem que os seus direitos de consumidores sejam salvaguardados.

Notas finais

- Estamos convencidos que esta discussão não é uma discussão de direita vs esquerda, nem uma discussão exclusivamente médica.
- Porque Portugal continua a ser um país de referência pelas reformas na política de drogas introduzidas no final do século passado e início deste século, e em que mesmo a esmagadora maioria dos que na altura contestaram essas reformas hoje em dia as aceitam e defendem, pensamos que seria muito importante que esse capital português não se perdesse e que fosse possível conseguir uma maioria parlamentar transversal que permitisse fazer uma reforma de alcance civilizacional em múltiplas dimensões, incluindo economia, direitos humanos, saúde, justiça e forças de segurança.

Obrigado!

Gatluismando@gmail.com
Daniel.simoed@gatportugal.org
joao.Santamaria@gatportugal.org